

NOTICIÁRIO

AGLOMERAÇÕES URBANAS

O Setor de Pesquisas Urbanas do Departamento de Geografia vem de entrar parte de seus estudos com interesses de política urbana no País. Neste sentido foi elaborado um primeiro documento, por solicitação da Comissão Nacional de Política Urbana, com vistas a prestar subsídios aos objetivos da Entidade. Esse trabalho, que guarda ainda caráter preliminar, intitula-se "Contribuição para o Estudo de Aglomerações Urbanas no Brasil". Nele se procurou definir aglomerações urbanas em função de categorias de tamanho populacional e de distintos processos de urbanização.

Utilizaram-se critérios para a definição de cidades núcleos, capazes de gerar uma aglomeração; e critério para a delimitação das aglomerações, compreendendo os que definem o caráter urbano do município e os que indicam sua integração em um todo.

Foram identificadas aglomerações urbanas de duas grandes categorias: Aglomerações de categoria metropolitana, compreendendo diferentes níveis hierárquicos, e aglomerações abaixo do nível metropolitano. A primeira se subdivide em áreas metropolitanas de metrópoles nacionais, áreas metropolitanas de metrópoles regionais, áreas metropolitanas incipientes, e aglomerações sub-metropolitanas.

A segunda categoria compreende aglomerações urbanas com espaço urbanizado predominantemente contínuo, subdividindo-se em aglomerações por processo de conurbação, e aglomerações de cidades geminadas; e aglomerações sem espaço urbanizado contínuo, que inclui as aglomerações por complementaridade de funções.

Os principais pontos do estudo foram debatidos em duas reuniões. A primeira, realizada em Brasília, teve a

participação de elementos do Setor de Pesquisas Urbanas do IBGE e da CNPU; à segunda, no Rio de Janeiro, além dos participantes já mencionados compareceram também representantes dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Foi sugerido que o Departamento de Geografia, através do Setor de Pesquisas Urbanas, desse prosseguimento ao estudo de aglomerações urbanas.

Além da ampliação do documento preliminar, com a utilização de critérios que o próprio documento já havia proposto, fixaram-se como pautas principais de pesquisa o dinamismo das aglomerações, e complexo de suas funções, as relações que mantém entre si e com os respectivos contextos regionais.

ESTATÍSTICAS DERIVADAS

Atividades atuais

Criado em janeiro de 1974, no âmbito da Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento, absorvendo o Grupo de Trabalho da Matriz de Relações Intersetoriais (GTM) e o ex-Laboratório de Estatística, cujas atribuições passaram ao Grupo de Indicadores Econômicos (GIE), o Departamento de Estatísticas Derivadas desenvolveu no primeiro semestre de 1975, prioritariamente, atividades ligadas à elaboração de *matrizes* para 1970 e à produção de indicadores econômicos a curto prazo.

Com referência à elaboração de *matrizes*, a atuação do DESD no primeiro semestre de 1975 centrou-se, principalmente, em atividades ligadas (1) à definição preliminar dos grupos de produtos e setores produtivos que aparecerão individualizados nas matrizes (concluída); (2) conciliação da classificação industrial do IBGE com a de comércio exterior (NBM), a nível de grupos de produtos, para o ano de

1970 (concluída); (3) análise dos resultados preliminares dos Censos Industrial e Agropecuário quanto a estruturas de produção e de consumo intermediário — atividade básica do grupo, que se estenderá até o final do projeto; (4) prosseguimento da coleta e análise de dados de setores não cobertos pelo Censo de 1970 — Governo, Energia Elétrica, Construção Civil, Comunicações e outros (em andamento, com alguns setores concluídos); (5) início da análise empírica relativa à determinação das margens de comercialização, preços de produtor e consumidor.

No que tange aos *indicadores econômicos*, podem-se mencionar (1) o aperfeiçoamento metodológico e operacional na elaboração mensal dos Indicadores da Produção Industrial. Quanto ao primeiro aspecto, prosseguiu a participação ativa do DÊSD, em integração com o DEICOM, no processo de aperfeiçoamento das Pesquisas Mensal e Anual das Indústrias de Transformação e Mineração; quanto ao segundo, foi conseguida muito maior rapidez na apresentação dos Indicadores, fator de grande importância em indicadores conjunturais. Iniciaram-se também no período as bases para a implantação de uma análise econômica sistemática dos resultados obtidos através dos Indicadores; (2) prosseguimento da revisão e reformulação dos índices de comércio exterior, de energia elétrica; (3) prosseguimento dos estudos metodológico de índices de preços do consumidor e preparação das estatísticas primárias para elaboração destes índices (ENDEF) quanto a conceitos e aspectos computacionais.

INDICADORES SOCIAIS

Foi apresentada ao Conselho de Desenvolvimento Social exposição de motivos versando sobre o Sistema de Indicadores Sociais. A organização e o funcionamento do Sistema de Indicadores Sociais é da área de competência do IBGE, cabendo-lhe por dispositivo em legislação específica a "orientação, coordenação e desenvolvimento do Sistema Estatístico Nacional".

A proposta de construção de um sistema de Indicadores Sociais tenta consolidar e articular diversas metodologias, entre as quais aquela recomendada pela ONU na série de documentos sob o título geral de *A System of Demographic and Social Statistics and its link with the System of National Economic Accounts*.

O conjunto de Indicadores Sociais está sendo testado e construído com

base em dados que se referem a conceitos centrais à geração de um sistema de informações sobre o sistema social. A referência básica para a implementação do Sistema de Indicadores Sociais consubstancia-se com o II PND, sendo que os indicadores servirão de elemento de avaliação do êxito ou inadequação das políticas consideradas na Estratégia de Desenvolvimento Social.

ATLAS DE RONDÔNIA

O IBGE e o governo do Território de Rondônia firmaram convênio para elaboração do Atlas daquele Território.

O objetivo deste Atlas é fornecer subsídios para melhor compreensão do âmbito espacial do Território, proporcionando os elementos geográficos-cartográficos necessários à elaboração de programas de planejamento socioeconômico governamental, além de servir de veículo informativo para os potenciais investidores empresariais e o público estudioso em geral.

Sendo o Território rarefeitamente ocupado, com uma densidade populacional inferior a 1 hab/km², e com seu desenvolvimento, economicamente, circunscrito quase integralmente às atividades primárias, o Atlas de Rondônia dará ênfase aos levantamentos de seu meio físico que condicionará as possibilidades de seu desenvolvimento econômico.

A par disso, temas ligados aos aspectos socioeconômicos foram desenvolvidos a partir, inclusive, de pesquisa de campo especialmente planejada para levantamento de detalhe no que concerne aos aspectos populacionais no campo das migrações, do setor saúde e educação e aos aspectos das atividades agrárias e industriais.

De acordo com o estabelecimento no Convênio e com base no plano mínimo dos Atlas Estaduais elaborados pelo Grupo Executivo da Comissão de Coordenação dos Atlas Estaduais, o Atlas de Rondônia está constituído de 17 folhas de mapas, sendo a escala do mapa principal de 1:2.500.000 acompanhados de outros mapas em escalas menores, onde são desenvolvidos temas correlacionados aos mapas principais de cada folha.

O texto que se oferece no verso de cada folha constitui complementação do tema mapeado, fornecendo aos usuários compreensão objetiva das realidades do Território, no que concerne aos seus aspectos físicos, humanos e econômicos.